

CÂMARA MUNICIPAL

DE

Monchique

TEXTO DEFINITIVO

ACTA N.º 26 / 2006

DA REUNIÃO EXTRA ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 21 DE Dezembro DE 2006.

(Contém 7 Folhas)

ESTIVERAM PRESENTES OS SEGUINTE MEMBROS:

Presidente Carlos Alberto dos Santos Tuta
Vereador António Manuel Moreira da Silva Mira (Vice-Presid.)
Vereador Carlos Henrique Correia Alves
Vereador António José de Jesus dos Santos Francisco
Vereador Rui Patrício dos Ramos Andrez
Vereador _____
Vereador _____
Vereador _____
Vereador _____
Vereador _____

FALTARAM OS SEGUINTE:

Presidente _____
Vereador _____
Vereador _____
Vereador _____



ACTA DA REUNIÃO DE 21 /12 / 2006

ACTA N.º 26 /2006

-----Aos vinte e um dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e seis, nesta Vila de Monchique, no Edifício dos Paços do Concelho e sala das reuniões, reuniu-se extraordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara Carlos Alberto dos Santos Tuta, com a presença dos senhores Vereadores:-----

- António Manuel Moreira da Silva Mira;-----
- Carlos Henrique Correia Alves;-----
- António José de Jesus dos Santos Francisco.-----
- Rui Patrício dos Ramos Andrez.-----

-----Com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS**:-----

-----**PONTO UM: Apresentação, análise e votação de propostas dos membros da Câmara.**-----

-----A reunião foi secretariada por Victor Manuel dos Santos Correia, Assistente Administrativo Principal do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Monchique, nomeado em comissão de serviço no cargo de Secretário do Gabinete de Apoio Pessoal do Presidente da Câmara.-----

-----E sendo dezassete horas e trinta minutos, o excelentíssimo senhor Presidente declarou aberta a reunião.-----

-----**PONTO UM - APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E VOTAÇÃO DE PROPOSTAS DOS MEMBROS DA CÂMARA:**-----

-----O senhor Presidente introduziu o ponto, sugerindo que a discussão dos pontos um ponto um e um ponto dois fosse feita em simultâneo, dada a correlação entre os documentos objecto de discussão, sem prejuízo da votação ser efectuada em separado.-----

-----Os membros da Câmara Municipal concordaram.-----

ACTA DA REUNIÃO DE 21 /12 / 2006

-----O senhor Presidente prosseguiu, colocando os dois pontos à discussão, da qual se reproduz no ponto seguinte o que de essencial foi proferido pelos intervenientes.-

-----Ponto um ponto um: DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DO ORÇAMENTO PARA O ANO ECONÓMICO DE DOIS MIL E SETE [Proposta do Presidente da Câmara]:-----

-----O senhor Presidente deu a palavra ao senhor Vice-Presidente António Mira, atendendo ao facto de ser o titular do Pelouro da Administração Geral e Financeira, a fim de explanar o documento.-----


-----Usando da palavra, o senhor Vice-Presidente informou que os documentos em apreciação reflectiam a prossecução do *Plano Plurianual de Investimentos* do ano transacto, uma vez que as acções propostas continuavam a evoluir, conforme programado. Justificou a redução da *Receita de Capital* e, simultaneamente o aumento da *Receita Corrente* relativamente ao *Estado* com o facto de os três novos fundos municipais, criado por força da nova lei das Finanças Locais, apenas o *Fundo de Equilíbrio Financeiro* não era unicamente de natureza corrente, pois tinha uma componente de capital, quando os outros – *Fundo Social Municipal* e a *Participação Fixa no IRS* – eram totalmente parte *Corrente*. Referiu ainda que as *Receitas Correntes* cobrem a totalidade das *Despesas Correntes* que apenas representam oitenta e seis vírgula sete por cento daquelas. Aditou que ao nível das *Despesas Com Pessoal* estava previsto um ligeiro aumento, na ordem de meio ponto percentual e, a este propósito, informou que no ano em curso foi cumprida a regra imposta pelo artigo décimo sétimo da Lei do Orçamento de Estado para dois mil e seis, na medida em que as *Despesas Com Pessoal* do ano em curso ficariam a quinze mil euros da despesa realizada naquela rubrica, no ano de dois mil e cinco. Na *Amortização de Empréstimos*, disse, prevê-se uma redução de verba relativamente ao ano em curso, uma vez que foi feita uma reprogramação do mesmo e aprovado um novo plano de pagamentos mais adequado ao prazo da vigência do contrato de mútuo. Explicou que o empréstimo em causa vinha tendo uma amortização demasiado acelerada para o período do mesmo.-----

-----Interveio o senhor Vereador António José Santos dizendo que mais uma vez via

ACTA DA REUNIÃO DE 21 /12 / 2006

aquelas propostas de *Orçamento e Grandes Opções do Plano* na mesma linha de continuidade das apresentadas nos anos anteriores. Disse que com aquela estratégia o Executivo permanente vinha obtendo bons resultados, no entanto se fosse Presidente de Câmara seguiria outro caminho. Disse não ver presentes nos documentos algumas acções de que se falou muito aquando da campanha eleitoral, nomeadamente: o Parque Empresarial (equipamento que considerava muito importante, quer na criação de postos de trabalho, como na fixação de residentes); Colégio de Santa Catarina (espaço para o qual todos os monchiquenses esperavam uma solução); Transportes Rodoviários (embora inscritos no plano não tinham sido executados. Acrescentou que via inscrita uma verba, que oxalá fosse para realizar o objecto da sua proposta de sinalética, que tinha sido aprovada por unanimidade pela Câmara Municipal e ainda não fora executada); Restauro do Convento de Nossa Senhora do desterro (pela verba inscrita, certamente não passaria do papel, disse. Disse saber que faltava apenas ser adquirida uma pequena parte. Mostrou-se disponível para colaborar, no quadro da sua área profissional, para ajudar a solucionar aquela questão). Concluindo, disse não se rever naquela proposta de Orçamento e das Grandes Opções do Plano que o Executivo permanente apresentava.-----

-----Interveio o senhor Vereador Rui Andrez dizendo que corroborava com as palavras proferidas pelo senhor Vereador António José Santos e que gostava que o senhor Presidente, sumariamente, tentasse explicar o que é que de novo é que aquelas propostas tinham relativamente às apresentadas nos anos anteriores. Disse que abstinha de referir as acções em concreto, mas que havia dotações que ficavam apenas no Orçamento, uma vez que acabavam por não ser concretizadas. Criticou que, reiteradamente, os orçamentos eram realizados no que se referia à parte corrente, mas as questões de fundo permaneciam por resolver. Reforçou que, para o dois mil e sete apenas estavam previstas pequenas reparações, quando as dotações de valor mais significativo estavam inscritas nos anos subsequentes. Saliou que, infelizmente, a verba mais expressiva prevista para dois mil e sete, era a considerada para a reparação dos danos das intempéries do ano em curso. Disse que o Bio-parque tinha uma dotação de duzentos mil euros, mas não se sabia em concreto de que se



ACTA DA REUNIÃO DE 21 /12 / 2006

trata o projecto, porquanto estava envolto numa cortina de fumo e ia sendo conhecido aos bocejos. Questionou ainda, se as verbas previstas para a Casa do Povo e para beneficiação do edifício dos Paços do Concelho, eram só para os respectivos projectos. Terminando, considerou que os exemplos do passado apesar de não garantirem os exemplos do futuro, as realizações verificadas no passado fazem com que mantivesse dúvidas quanto à realização das acções previstas para o futuro, pois não acreditava na concretização daqueles orçamento e plano.-----

-----Usou da palavra o senhor Presidente para responder às questões colocadas.

Disse que se tratava de um orçamento baseado na estimativa de receitas que se previa arrecadar e que não obstante a redução de despesas com pessoal, não se adivinhava mais receitas que permitissem executar outras acções desejadas.

Esclareceu que a construção das infra-estruturas do Parque Empresarial avançaria em dois mil e sete, logo que estivesse concluído e aprovado o projecto; que estavam a ser efectuados contactos com vista à aquisição dos terrenos; e que já tinha havido contactos com o IAPMEI para o apoio às microempresas a instalar no local. Disse que as verbas previstas quer para a Casa do Povo de Monchique, quer para o edificio dos Paços do Município se referiam às obras em concreto. Referiu que o Bio-Parque era estruturante e que, após os onze espaços públicos e os caminhos pedestres, a fase que se seguia exigia o estabelecimento de parcerias e a participação de privados. Disse que o projecto era conhecido e que dispensava o senhor vereador Rui Andrez de apresentar requerimento para consultar o processo e conhecê-lo.

Respondeu que a verba prevista na rubrica do Convento era claramente para a aquisição da parcela que estava em falta e que a execução do projecto passaria pelo estabelecimento de parcerias ou pela construção/concessão de exploração, havendo já interessados, nomeadamente o Grupo Pestana, detentor das Pousadas de Portugal. Referiu-se ainda outras acções, nomeadamente: a construção de habitação em Marmeleite (cujo projecto estava concluído e que seria necessário estabelecer parcerias para a sua construção); o ordenamento do território (serão contratadas equipas externas para elabora os estudos para a revisão do PDM; o Plano de Urbanização será para implementar); abastecimento e saneamento (serão



ACTA DA REUNIÃO DE 21 /12 / 2006

prosseguidas as intervenções na rede com vista ao fecho do ciclo); educação (será feita a alocação de viaturas para responder às novas exigências para o transporte de crianças); ampliação do cemitério (questão imprescindível, disse; informou que estava a tentar-se resolver a situação, tendo já sido estabelecidos contactos com as famílias proprietárias dos terrenos envolventes); Espaço Internet (será construído um *ciber café* na Quinta da Vila, no âmbito de uma candidatura já aprovada); transportes (será elaborado o plano rodoviário municipal, que englobará a questão da sinalética, e que permitirá o cadastro das acessibilidades e a planificação da rede); apoio às Paróquias (será prestado apoio financeiro às Paróquias com vista à reparação dos telhados dos edifícios religiosos). Terminando disse as acções previstas se resumiam àquilo que era possível fazer. Aditou que havia muitas acções concretizadas e já liquidadas pelo Município de Monchique e com verbas ainda por ser reembolsadas, como era o caso da estrada de Alferce/São Marcos, situações que comprometiam a realização de outras obras e projectos.-----

-----Interveio o senhor Vereador Permanente Carlos Henrique Alves sugerindo que aquando da inventariação das situações dos telhados dos edifícios religiosos e da sua reconstrução, deveria optar-se por uma pessoa mais experiente e conhecedora do processo construtivo dos mesmos, uma vez que se tratavam de construções tradicionais.-----

-----Não havendo mais inscrições, o senhor Presidente colocou a proposta à votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria com três votos favoráveis (Presidente Carlos Tuta, Vice-Presidente António Mira e Vereador Permanente Carlos Henrique Alves) e dois votos contra (Vereadores António José Santos e Rui Andrez).-----

-----**Ponto um ponto dois: DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO ECONÓMICO DE DOIS MIL E SETE [Proposta do Presidente da Câmara]:**-----

-----Não havendo mais inscrições para intervir, o senhor Presidente colocou a proposta à votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria com três votos favoráveis (Presidente Carlos Tuta, Vice-Presidente António Mira e Vereador



ACTA DA REUNIÃO DE 21 /12 / 2006

Permanente Carlos Henrique Alves) e dois votos contra (Vereadores António José Santos e Rui Andrez).-----

-----Ponto um ponto três: PROPOSTA DA CARTA EDUCATIVA DO CONCELHO DE MONCHIQUE [Proposta do Vice-Presidente da Câmara e titular do Pelouro da Educação]:-----

-----O senhor Presidente deu a palavra ao proponente da proposta, Vice-Presidente António Mira, que procedeu à explanação do documento. O proponente explicou genericamente o conceito de “*Carta Educativa*” e, de seguida, salientou alguns aspectos que proposta em discussão preconizava, nomeadamente: a readaptação da escola número dois de Monchique para estabelecimento do primeiro ciclo, assim que esteja concluído o *Centro Escolar*, em São Pedro, que albergará a pré-primária; eventual construção de sala polivalente criando um recinto coberto para recreio, junto ao refeitório em São Pedro; a extinção da Escola da Nave, no próximo ano lectivo; a manutenção da Escola de Marmelete, independentemente do número de alunos, em virtude da sua distância da sede de concelho e por se ter caracterizado como “escola de acolhimento”; a extinção do ensino pré-escolar itinerante; e a transformação dos antigos edifícios escolares de Casais, Alferce e, futuramente, da Nave, em “*Centros Educativos Comunitários*”. Aditou que o documento se tratava de um instrumento dinâmico e que, por isso, todos os anos iria merecer a análise e eventuais alterações ou correcções. Terminando, referiu que no dia anterior ao da reunião a que a presente acta se reporta, reuniu o *Conselho Municipal de Educação* para analisar a proposta de *Carta Educativa*, nos termos da lei. Acrescentou que aquele órgão emitiu, por unanimidade, parecer positivo ao documento e aprovou um voto de congratulação aos técnicos do *Município de Monchique* e da *Direcção Regional de Educação do Algarve* que o elaboraram, pela forma diligente com que o desenvolveram e pelo resultado obtido.-----

-----Interveio o senhor Vereador António José Santos alertando para aspectos inscritos incorrectamente na *Carta Educativa* (o somatório de uma coluna num quadro constante da página trinta e, na página quarenta e cinco, a referência à

ACTA DA REUNIÃO DE 21 /12 / 2006

existência de sistema de alarme na Escola de Marmelete, quando tal não correspondia à verdade. De seguida questionou por que razão o antigo edifício escolar da Rua Nova não constava do documento.-----

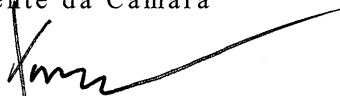
-----Respondeu o senhor Vice-Presidente que aquele edifício não constava da *Carta Educativa* em virtude da escola que outrora lá funcionou, já tinha encerrado há mais tempo, pelo que já não estava afecto ao sector da Educação. Acrescentou que em situação idêntica estavam os antigos edifícios escolares das Caldas de Monchique e da Perna da Negra, que, aliás, tal como aquele estavam integrados no projecto do Bio-Parque.-----

-----Não havendo mais inscrições, o senhor Presidente colocou a proposta final à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

-----**Aprovação em minuta:** A acta foi aprovada em minuta no que se refere à votação exercida sobre os pontos um ponto um a um ponto três, conforme proposta do senhor Presidente da Câmara.-----

-----**Encerramento:** o senhor Presidente deu por encerrada a reunião, pelas dezoito horas cinquenta minutos, e para constar se lavrou a presente acta, que vai ser assinada por ele e por mim, Victor Manuel dos Santos Correia que a secretariei.-----

-----O Presidente da Câmara



-----O Secretário

